

A CONSTRUÇÃO DA SUBALTERNIDADE DA MULHER DO CAMPO: SABERES POLÍTICOS DE UMA LUTA POR EMANCIPAÇÃO¹

Allene Lage²

79

Estudos Universitários

RESUMO

Este artigo pretende discutir a construção histórica da subalternização da mulher do campo, a partir do trabalho de Ester Boserup, intitulado *Women's Role in Economic Development*, da década de 1970, no qual analisa projetos de desenvolvimento na Ásia, na África e na América Latina e demonstra como os homens se foram apropriando dos resultados da modernização tecnológica, enquanto as mulheres foram sendo excluídas e fixadas nas atividades de tecnologia tradicional, com menores ganhos financeiros. A metodologia foi pautada num estudo qualitativo, que teve origem numa pesquisa de doutorado em sociologia, finalizada em 2006, e de um projeto de produtividade do CNPq em curso. As nossas conclusões apontam para a construção de saberes políticos das mulheres em suas lutas por emancipação social.

Palavras-chave: Mulher, emancipação social, saberes políticos, Ester Boserup.

¹ Trabalho apresentado no XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, Grupo de Trabalho: Gênero, desigualdades e cidadania. Recife – UFPE, Setembro de 2011.

² Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco, lotada no Núcleo de Formação Docente e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Educação, Estado e Diversidade do Centro Acadêmico do Agreste. Bolsista de Produtividade do CNPq.

ABSTRACT

This article aims to discuss the subordination's historical construction of rural woman, from the postulates of Ester Boserup, entitled Women's Role in Economic Development, the 1970s, which analyzes development projects in Asia, Africa and Latin America and demonstrates how the men were appropriating the results of technological modernization, while women were being excluded and fixed in the activities of traditional technology, with lower financial gains. The methodology was based on a qualitative study, which originated in a doctoral research in sociology finalized in 2006, and a CNPq's project productivity ongoing. Our findings point to the political construction of knowledge of women in their struggles for social emancipation.

Keywords: Women, social change, political knowledge, Ester Boserup.

INTRODUÇÃO

Muitos estudos têm sido realizados sobre a construção social da diferença entre o feminino e masculino e as consequências desta diferenciação na vida cotidiana principalmente das mulheres. Se por um lado os movimentos feministas têm trazido à tona inúmeras discussões e denúncias sobre as diversas formas de subalternização a que as mulheres estão historicamente submetidas, pelo outro os avanços efetivos têm sido lentos, pois exigem transformações definitivas em todos os espaços da sociedade.

Romper com as estruturas consolidadas de pensamentos e práticas sociais presentes desde o espaço doméstico até os espaços públicos requer demorados processos de luta e de formação de novos sujeitos – homens e mulheres – e novos valores sociais, que levam tempo para transformar. Para além de ser cultural, este olhar segregador presente nas práticas sociais acarreta enormes violências, exclusões e opressões sobre a mulher, que, muitas vezes silenciadas e tomadas por um sentimento social de subalternidade, se sentem incapazes de lutar.

Outro aspecto relevante que contribui para manter esta hierarquização social entre mulheres e homens é a divisão sexual do trabalho, consolidada por pensamentos e práticas sociais culturais, que acarreta a mesma precarização e falta de reconhecimento do espaço doméstico para o espaço público, transportando assim a desqualificação sobre o trabalho da mulher, dando coerência à subalternização historicamente imposta até os dias de hoje.

Neste sentido, Ramonet (2004) afirma que “as décadas liberais (1980-2000) revelaram-se particularmente brutais para as mulheres, pois, em todos os países submetidos à globalização econômica, a causa das mulheres, que estava ainda longe de ser ganha, regrediu extraordinariamente” (RAMONET, 2004, p.11). Este autor acrescenta ainda que “o agravamento das desigualdades, a precarização dos empregos e a insegurança social atingiram-nas em primeiro lugar, pois foram elas as principais visadas para as demissões maciças” (Ibidem). De fato, isto se deve à ideia de que o trabalho da mulher, sendo mais inferior, será sempre mais dispensável que o trabalho realizado pelos homens, para além da percepção masculina de ainda ser o eixo central do provimento familiar, negando, desta forma, as inúmeras pesquisas e estudos que refutam esta perspectiva.

Contudo, a construção da inferiorização social da mulher, mesmo diante das lutas feministas, continua presente em papéis naturalizados, ditados em todas as estruturas de socialização das crianças até a fase adulta. Dentro desta perspectiva, Ramonet afirma ainda que, “também no imaginário coletivo e, a partir da mais tenra idade, a função da mulher e o seu papel social são estabelecidos de maneira convencional, dando crédito a todos os arcaísmos, justificando todas as discriminações e marginalizações” (RAMONET, 2004, p. 12).

Outra questão é que o trabalho das mulheres, no espaço doméstico, carrega ainda um manto de invisibilidade que contribui em muito para a desvalorização do seu trabalho, principalmente porque neste espaço suas atividades estão voltadas para o serviço da família, não sendo, portanto, considerado um espaço de produção. Nesta direção, Santos e Rodriguez (2002) aludem que um dos efeitos mais interessantes da luta pelo reconhecimento do trabalho feminino (especialmente o trabalho doméstico que, pela sua invisibilidade pública, fica fora dos cálculos econômicos convencionais, como o Produto Interno Bruto) tem sido o questionamento do próprio conceito de atividade econômica e da forma de medir o que conta como produção. Estes autores, referindo-se ainda a outros estudos, reforçam o discurso sobre a necessidade de incluir o trabalho não remunerado na formulação de concepções políticas e econômicas que eliminem a discriminação contra as mulheres dos programas econômicos convencionais, pois as propostas de desenvolvimento alternativo têm demonstrado, convincentemente, que o conceito e as medidas convencionais da produção são inadequados, uma vez que deixam de

fora dos registros muitas das atividades desempenhadas pelas mulheres (SANTOS E RODRIGUES, 2002, p.49).

Tem ainda uma questão crucial, quando se reflete sobre a condição social da mulher: é a da violência, a que está historicamente submetida, sendo esta exercida em todas as classes sociais e não apenas nos grupos mais empobrecidos. Indo ao encontro desta perspectiva, Mabrouk e Berkani (2004) afirmam que "o fenômeno das violências sexuais impostas às mulheres é amplo, e não é seguramente uma exclusividade das periferias". Segundo estas autoras, "as análises propostas sobre o desenvolvimento machista e a educação, ou antes, sobre a ausência da educação de alguns jovens dos bairros não poderão de modo algum justificar as violações de meninas nem desculpá-las". Prosseguem dizendo que os "atores sociais, os psicólogos e os sociólogos são unânimes: uma violação é um crime que tem que ser punido e que os resultados das ações empreendidas para tratar esta questão não estão à altura da gravidade do problema" (MABROUK E BERKANI, 2004, p. 123).

Convergente com este pensamento é o de Saffioti (1987), de que o fenômeno de subordinação da mulher ao homem atravessa todas as classes sociais, sendo também legitimada por todas as grandes religiões. Ao discorrer sobre as lutas trabalhistas protagonizadas pelos sindicatos, questiona ainda sobre o porquê dos sindicatos se mostrarem reticentes e hesitantes quando se trata de "encampar bandeiras levantadas por trabalhadoras, como, por exemplo, creches, salário igual para trabalho igual, cumprimento da legislação trabalhista, que proíbe as empresas de despedir suas empregadas em razão do casamento e da gravidez" (SAFFIOTI, 1978, p.21).

Outro campo social profundamente sexista, apesar da presença de um grande número de mulheres, é o da produção do conhecimento. Mantida sempre à margem do "cânone" científico, a perspectiva feminina viu-se amordaçada e excluída da busca do desenvolvimento científico da humanidade, levado a cabo pelo projeto da ciência. Nesta direção, Sandra Harding, uma das principais referências da teoria feminista, questiona se a busca realizada para o progresso social da humanidade, se também teria sido para o progresso social das mulheres (HARDING, 1998, p.105). Harding tem razão no seu questionamento. Sexista desde a sua gênese, a ciência sempre esteve voltada para os interesses da humanidade na vertente masculina e, nesta medida, as preocupações

femininas sempre passaram ao largo dos objetivos primeiros de uma ciência construída pelos homens e para os homens. Contudo, na década de 1960, com o descortinar do movimento feminista contemporâneo, novas vozes começaram a ecoar dentro do restrito campo científico, reivindicando pluralidade e assumindo uma luta – protagonizada por intelectuais feministas – para denunciar uma tradição científica sexista, que havia excluído a perspectiva feminina dos processos de estruturação do social e do conhecimento.

Na política também não é diferente, pois a mulher tem uma ausência construída na história – e não só na brasileira – a partir de seu silenciamento e ocultação. Nestes termos, Colling (1997), ao discutir sobre a resistência da mulher na ditadura brasileira, diz que, quando optou por trabalhar com a construção do sujeito "mulher subversiva" durante o regime militar, tentou recuperar sujeitos destinados ao silêncio do domínio privado das paredes domésticas. Argumenta, ainda, ser esta uma lacuna a ser preenchida na historiografia brasileira, pois, mesmo sabendo que muitas mulheres lutaram, juntamente com os homens, pela redemocratização do país, militando nos partidos de esquerda, sua recuperação histórica ainda está por ser feita (COLLING, 1997, pp.7-10).

No caso das mulheres camponesas, parece certo afirmar que, para além destes aspectos, há ainda uma série de fatores específicos do campo – dentre eles, principalmente, o isolamento em que vivem muitas famílias, a dificuldade de locomoção, os acessos a processos educacionais e formativos. Desta forma, a organização destas mulheres para lutar contra as formas de opressão ou terem consciências delas torna-se mais difícil do que a das mulheres que vivem nas cidades, que dispõem de muito mais recursos sociais para tal intento. De fato, a ausência de recursos sociais para a promoção de processos de reflexão e de organização social das mulheres tem sido um dos maiores entraves para a luta por cidadania das mulheres, principalmente as do campo. Contudo, estes fatores, por si só, não são os únicos responsáveis pelo êxito das lutas por cidadania de muitas mulheres, pois, se assim fosse, estaríamos a admitir que a luta só seria possível se impulsionada por recursos externos, pois, ao contrário, a luta nasce com maior frequência no seio dos excluídos/as e muitas vezes são apropriadas por atores sociais externos.

Tendo em conta esta introdução sobre os campos de luta das mulheres, é que situamos a nossa discussão sobre uma das construções da subalternidade das mulheres do campo.

OBJETIVOS E METODOLOGIA DE UMA PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO

Este artigo é um dos resultados de uma pesquisa em curso financiada pelo CNPq³ sobre a mulher dentro dos movimentos sociais do campo em Pernambuco. Entre os objetivos específicos da pesquisa, o de identificar os principais processos sociais de (in)visibilização produzidos sobre as mulheres camponesas foi o que guiou a elaboração deste artigo,

A metodologia é pautada num estudo qualitativo que tem por estrutura analítica o Método do Caso Alargado, que é caracterizado por um estudo de caso convencional que tem alargadas as suas implicações quando da sua conclusão.

A base inicial deste método, especialmente a procedimental do Estudo de Caso, proporciona aprender com a experiência e enriquecer o aprendizado a partir do encontro da teoria com a realidade, da ação e da criatividade. Sendo assim, a utilização do Estudo de Caso como etapa preliminar é importante por realizar um estudo intenso da(s) experiência(s) para a compreensão do tema pesquisado.

Após a análise holística do caso, surge a necessidade de ampliar o universo das implicações sobre o estudo. Dentro desta perspectiva, o Método do Caso Alargado consubstancia a necessidade de ampliar as conclusões do estudo de caso, pela especificidade do tema da pesquisa. Este método, utilizado primeiramente por Boaventura de Sousa Santos (1983), e posteriormente por Michael Burawoy (1991, p.2000), é muito adequado para estudos isolados e para estudos comparados. Desta forma, o Método do Caso Alargado propõe que,

Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou de único. A riqueza do caso não está no que nele é generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem (SANTOS, 1983, p.11).

3 Pesquisa no âmbito de bolsa de produtividade do CNPq, iniciada em novembro de 2009; denominada "A MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO – IDENTIDADES, SABERES DE LUTA E EDUCAÇÃO. Um estudo comparado entre as mulheres do Movimento Sem Terra e as do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais".

De fato, o Método do Caso Alargado propicia uma conclusão de maior profundidade sobre a investigação realizada, incidindo não apenas sobre os casos estudados – isoladamente ou comparados – mas porque oferece uma estrutura metodológica capaz de ampliar o espectro das reflexões, amplia o universo da análise, de modo que esta possa discorrer acerca de questões importantes relacionadas com o tema e presentes na sociedade.

A MULHER E O DESENVOLVIMENTO RURAL

Se até o princípio da década de 1970 a discussão sobre mulher ou sobre relações de gênero no mundo rural era praticamente ausente⁴, foi a partir do trabalho de Ester Boserup⁵ que as preocupações com estes temas no desenvolvimento começaram a aparecer nos discursos de desenvolvimento de modo mais abrangente.

Segundo Arturo Escobar (1994), o papel das mulheres no desenvolvimento em vários estudos, tendo por referência principal o trabalho de Ester Boserup, mostrou que aquele tipo de desenvolvimento não só contribuiu para a invisibilidade das mulheres na economia, como também teve um efeito na posição econômica e no estatuto das mulheres, pois além das difíceis condições em que vivem, ainda tiveram ampliada a carga de trabalho, ao virem-se envolvidas em intervenções ao desenvolvimento. Contudo, com a participação subalternizada das mulheres, elas não conseguiram modificar suas condições sociais e, em muitos casos, o estado do trabalho de mulheres piorou com a exclusão provocada pelos programas de desenvolvimento agrícolas. A razão para esta exclusão está relacionada ao preconceito masculino de desenvolvimento e ao modelo escolhido, o de agricultura norte-americana (ESCOBAR, 1994, p.171).

4 O que se encontrava, em termos de gênero, nas políticas públicas, estava geralmente relacionado com o aspecto reprodutivo e doméstico da mulher ou, então, com algum tipo de produção local, em pequena escala e geralmente em condições semi-precárias.

5 Nos anos 1970, o tema das relações de gênero foi trazido à tona pelo trabalho de Ester Boserup, intitulado *Women's Role in Economic Development*. Nesse trabalho, a autora analisa projetos de desenvolvimento na Ásia, na África e na América Latina e demonstra como os homens se foram apropriando da técnica e dos resultados da modernização tecnológica, introduzida na área agrícola, excluindo as mulheres das atividades de tecnologia. O estudo afirmou, assim, que, ao contrário do que muitos esperavam, a modernização na esfera produtiva, se não acompanhada pela democratização das relações sociais, dificilmente promoverá o equacionamento das desigualdades sociais, onde a de gênero é uma delas.

Nesta mesma direção, Escobar conclui dizendo que as mulheres foram os "fazendeiros" invisíveis, ou, para ser mais preciso, a invisibilidade das mulheres foi organizada por conhecimentos e técnicas que consideram seu papel apenas como reprodutoras. No final dos anos setenta, as mulheres apareceram para o aparato de desenvolvimento somente como mães grávidas ou amamentando os bebês, procurando água ou comida e cuidando do lar, lidando com as doenças de crianças, ou, no melhor de casos, cuidando da horta para completar a dieta familiar. Tal era a extensão das vidas de mulheres presente na maioria da literatura de desenvolvimento. Neste sentido, este autor acrescenta, ainda, que só os homens eram ocupados em atividades produtivas, e, por conseguinte, com a melhoria da produtividade agrícola. Nos casos em que as mulheres recebiam treinamentos, referiam-se às áreas consideradas naturalmente destinadas a elas, como coser ou habilidades manuais (ESCOBAR, 1994, p.172).

Por fim, Escobar conclui sua análise ao dizer que a maioria dos peritos de agricultura e agentes de extensão é masculina, treinada por peritos masculinos e preparada para suprir e interagir principalmente com fazendeiros masculinos; os beneficiários de quaisquer melhorias sociais e tecnológicas que acontecem em agricultura: eles são os receptores de inovações, a eles são destinadas as melhores terras, a concentração na produção de produtos com valor de mercado mais alto e, em face disto, participam mais inteiramente com dinheiro na economia local e regional. Inevitavelmente, o estado do trabalho de mulheres é banido para as atividades de subsistência. Quando acontecerem melhorias técnicas em atividades produtivas que são dominadas por mulheres, estas normalmente são transferidas aos homens; por exemplo, quando uma colheita realizada por mulheres é mecanizada, o controle de tratores ou ferramentas não vai para mulheres, mas para homens (ESCOBAR, 1994, p.172).

A análise de Escobar mostra que as estratégias de desenvolvimento e de modernização nunca tencionaram promover qualquer tipo justiça social e ou igualdade de condições na relação de gênero, quer seja socialmente, na questão da produção ou mesmo dentro do domínio do desenvolvimento, quer seja devido a sua condição de invisibilidade, decorrente de sua subalternidade naturalizada, que lhes retira qualquer possibilidade de serem percebidas com detentoras dos mesmos direitos aos recursos que os homens têm, pois estão socialmente consagradas, tanto pelos agricultores, como pelos técnicos e como também dentro dos próprios programas, à sua condição de inferioridade.

No âmbito dos projetos de desenvolvimento, surge, a partir do estudo de Boserup, o enfoque Mulheres no Desenvolvimento (MED)⁶ que, de modo geral, trata de implementar de forma prioritária programas específicos para aumentar a participação da mulher nos processos de desenvolvimento⁷. A fragilidade desta abordagem é que as mulheres são pensadas de maneira isolada e fora das relações de gênero. Embora esta perspectiva beneficie individualmente muitas mulheres, reduz a questão das relações de gênero às políticas de atendimento à mulher, como reprodução, sem passar por ações que fortaleçam as lutas pela igualdade das relações de gênero.

Neste sentido, Boaventura de Sousa Santos diz que, depois do trabalho de Esther Boserup⁸, tem prevalecido a tendência para distinguir entre as posições das mulheres nos países do Norte e nos países do Sul. Contudo, conforme argumenta este autor, corre-se o risco de criar uma imagem abstrata da "mulher do Terceiro Mundo", perdendo de vista as diferenças da situação das mulheres em diferentes países do Terceiro Mundo e as diferenças de classe das mulheres no interior de cada país. (SANTOS, 1999, p.303).

Santos tem razão ao referenciar o risco da generalização para a construção de um padrão sobre a "mulher do Terceiro Mundo". Para além da definição de um perfil de subalternidade, feito a partir do olhar do Norte, existe outro problema que está implícito na crítica aos projetos de desenvolvimento⁹, que é o de fazer da vida das mulheres do

6 Mais referenciado como WID (*Women in Development*).

7 A partir de 1975, cresce, na esfera internacional, a presença das questões de gênero. São marcos desse processo a Década da Mulher, 1975-1985, instituída pela ONU, e o Ciclo Social de conferências das Nações Unidas, realizado durante os anos 1990, culminando com a IV Conferência sobre Mulher, Desenvolvimento e Paz, em Beijing, 1995.

8 Para Santos, são três os argumentos principais apresentados por Boserup em seu trabalho *Women's Role in Economic Development*. O primeiro, a transição da chamada sociedade tradicional para a chamada sociedade moderna, tem envolvido sempre a queda do status social das mulheres; o segundo é o aumento do nível tecnológico da produção agrícola e da produção industrial, o que afeta negativamente a taxa de emprego das mulheres, relativamente à dos homens; e o terceiro é que em toda a parte há certas tarefas, nomeadamente as relacionadas com a subsistência, que são quase exclusivamente desempenhadas por mulheres (SANTOS, 1999, p. 303).

9 Segundo Santos e Rodrigues (SANTOS, 2000), em termos gerais, os projetos de desenvolvimento econômico foram concebidos e implementados "a partir de cima" (*top-down development*), com base em políticas traçadas e implementadas por agências tecnocráticas nacionais e internacionais, sem a participação das comunidades afetadas por essas políticas. Além do mais, os planos de desenvolvimento estavam tradicionalmente centrados na aceleração do crescimento econômico, principalmente do sector industrial (CYPHER e DIETZ, 1997). Esta ênfase evidente nos resultados macroeconômicos implicou a marginalização de outros objectivos sociais, econômicos e políticos,

Primeiro Mundo o padrão, desejado e carenciado pelas mulheres do Terceiro Mundo¹⁰.

Nos anos 1980, surge a abordagem Gênero e Desenvolvimento (GED)¹¹, desta vez mais vocacionado para tratar as questões de gênero, visando transformar estas relações e proporcionar condições para empowerment das mulheres. Em seu âmago, veio defender que o problema de gênero não pode ser tratado somente por meio de ações para incorporar a mulher nas ações do desenvolvimento, se ela continua dentro de uma relação de subalternidade. Neste sentido, esta perspectiva marca uma mudança de preocupações e um novo interesse pelas relações de gênero e não apenas pelas mulheres.

Tanto na abordagem do MED quanto do GED, o problema do gênero estava vinculado à questão do desenvolvimento. No fundo, estas abordagens oferecem estratégias que, em alguma medida, permitem alcançar melhor determinados objetivos de desenvolvimento¹². Neste sentido, é mais comum a questão do gênero aparecer associada apenas ao tema da pobreza das mulheres, abstraída de qualquer perspectiva histórica sobre as desigualdades na relação mulher e homem, distanciando-se, em muito, da forma e do sentido do problema de gênero, tal qual é discutido pelo feminismo.

Maria da Glória Gohn (2002) aponta uma diferença importante entre a América Latina e a Europa, no que diz respeito ao foco da participação das mulheres na década de 1980. A sua perspectiva é reveladora dos impactos das perspectivas do MED e GED, via projeto de desenvolvimento para o Terceiro Mundo.

como a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente (SANTOS e RODRIGUEZ, 2002, p. 45).

10 Escobar, ao discutir os planos de desenvolvimento, referencia o trabalho de Chandra Mohanty (1991), que questiona os textos que começaram a proliferar sobre "as mulheres no desenvolvimento", com referência ao diferencial de poder que inevitavelmente promulgava desde a sua visão de mulheres do Terceiro Mundo, implicitamente carentes do que suas homólogas do Primeiro Mundo haviam conseguido ser (Escobar, 2000).

11 11 Mais referenciado como GAD (Gender and Development).

12 Para Escobar, a ideia básica de desenvolvimento tem permanecido inalterada, pois o desenvolvimento continua a ser considerado como um princípio central organizador da vida social, assim como o feito de que a Ásia, África e América Latina puderam definir-se como subdesenvolvidas e que suas populações se acharam irremediavelmente necessitadas de "desenvolvimento", seja qual for a forma que tome (ESCOBAR, 2000).

[...] os movimentos populares no Brasil, como no conjunto da América Latina, trouxeram à cena política, de forma majoritária, a participação das mulheres. Enquanto na Europa esta presença se fez em torno das questões de gênero, na América Latina o movimento feminista foi importante, mas circunscrito a grupos específicos, mais intelectualizados. O maior contingente de participação de mulheres foi nos movimentos populares, como de mandatárias de reivindicações populares por melhorias, serviços e equipamentos coletivos, e não como de mandatárias de direitos de igualdade entre os sexos (GOHN, 2002, p.293).

De fato, se, por um lado, as mulheres da América Latina ampliaram a disponibilidade de equipamentos sociais por meio de suas lutas, pelo outro lado, não houve avanços tão visíveis no campo das relações de gênero. Neste mesmo cenário, João Francisco de Souza (1999) alerta, sobretudo, para o fato de que as relações sociais de gênero nos movimentos sociais da América Latina não foram bem compreendidas em alguns destes movimentos, pois quando se fala de relações sociais de gênero compreendem-se apenas os problemas específicos do gênero feminino e, nesta medida, é importante não esquecer que se trata de relações sociais de gênero (SOUZA, 1999, p.175).

Tanto o argumento de Gohn quanto o de Souza ajudam-nos a compreender a lógica que está por trás da questão de gênero, quando esta entra nos movimentos sociais, como também nos projetos de desenvolvimento, o que em boa medida reforça o impacto e a ênfase dada aos recursos para a participação das mulheres no âmbito destes projetos e dos movimentos sociais. No caso das mulheres da Europa, esta questão avança um pouco pelo fato de que os recursos não estavam amarrados a um tipo de participação e, neste ponto, parece certo afirmarmos que, não estando contextualizadas num projeto de desenvolvimento, as lutas feministas tiveram mais manobra para aprofundar a questão das relações de gênero.

Entretanto, mesmo perante as conquistas feministas para a inclusão da questão do gênero, das lutas para "dessubalternizar" a presença das mulheres nos planos de desenvolvimento, parece que muitos organismos – nacionais e internacionais – pouco mudaram, se considerarmos os critérios e indicadores utilizados para medição do sistema produtivo.

Neste sentido, Santos e Rodriguez (2002) aludem a que um dos efeitos mais interessantes da luta pelo reconhecimento do trabalho feminino

(especialmente o trabalho doméstico que, pela sua invisibilidade pública, fica fora dos cálculos econômicos convencionais, como o Produto Interno Bruto) tem sido o questionamento do próprio conceito de atividade econômica e da forma de medir o que conta como produção. Estes autores, referindo-se ainda a outros estudos, reforçam o discurso sobre a necessidade de incluir o trabalho não remunerado na formulação de concepções políticas e econômicas que eliminem a discriminação contra as mulheres dos programas econômicos convencionais, pois as propostas de desenvolvimento alternativo têm demonstrado, convincentemente, que o conceito e as medidas convencionais da produção são inadequados, uma vez que deixam de fora dos registros muitas das atividades desempenhadas pelas mulheres (SANTOS E RODRIGUES, 2002, p. 49).

SABERES DA LUTA

Arturo Escobar (2003) fala sobre os novos conhecimentos que, baseados no senso comum, passaram para um primeiro plano. Escobar fundamenta a sua afirmação, a partir da observação dos tipos de conhecimentos, que os ativistas dos movimentos sociais e das ONGs têm vindo a produzir no contexto de lutas que são simultaneamente localizadas e globalizadas (ESCOBAR, 2003, p.607).

Dentro deste mesmo quadro de vozes, Boaventura de Sousa Santos (2003), ao discorrer sobre o que designa por paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente, aponta quatro teses nas quais baseia a sua argumentação de este ser um paradigma emergente. Destas quatro, duas têm especial centralidade nesta discussão: a de que todo conhecimento é autoconhecimento, ou seja, todo conhecimento tem intrínseca uma trajetória histórica de uma subjetividade de modo algum universal e a de que todo conhecimento local é total e, sendo total, é também local, pois se constitui em redor de temas que em dado momento são adotados por grupos sociais concretos com projetos de vida locais (SANTOS, 2003).

Inscribe ainda, no cerne desta discussão, que a fragmentação pós-moderna não é disciplinar, e sim temática. Os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros. Mas, sendo local, o conhecimento pós-moderno é também total, porque reconstitui os projetos cognitivos locais, salientando a sua exemplaridade e, por essa via, transforma-os em pensamento total ilustrado (SANTOS, 2003). Considerando-se,

por outro lado, que os conhecimentos locais, construídos coletivamente dentro de uma experiência de luta, são pertenças sociais, logo são parte de um sistema de representações simbólicas que dizem respeito ao quotidiano e à cultura de grupos sociais, e, portanto saberes são obras sociais.

Indo ao encontro da ideia de saberes, enquanto diversidade cognitiva, Santos, Nunes e Meneses (2004) dizem que a diversidade epistêmica do mundo é potencialmente infinita, pois todos os conhecimentos são contextuais. Não há nem conhecimentos puros, nem conhecimentos completos: há constelações de conhecimentos. Consequentemente, é cada vez mais evidente que a "reivindicação do caráter universal da ciência moderna é apenas uma forma de particularismo, cuja especificidade consiste em ter poder para definir como particulares, locais, contextuais e situacionais todos os conhecimentos que com ela rivalizam" (SANTOS; NUNES; MENESES, 2004, p.46). Neste sentido, os saberes locais estão ancorados em estruturas cognitivas diversas, que muitas vezes só podem ser explicados dentro destas. Sem suas referências subjetivas – que lhes diga e dê sentido sobre o que são –, passam a conviver com mais dilemas e perder de vista o seu lugar social no mundo, tanto como sujeitos, como grupo social¹³. Por outro lado, não compreendendo a complexidade destas inúmeras subjetividades, a ciência destina-lhes lugares subalternos, como modo de refutar a sua própria ignorância.

Dentro desta pluralidade de conhecimentos locais, importa ressaltar que estes saberes vivem e se legitimizam a partir das respostas que oferecem aos diversos problemas que as sociedades têm enfrentado ao longo das suas trajetórias. São conhecimentos acumulados, experimentados, refleti-

13 Segundo Paulo Freire, é "a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas. E o fará melhor, toda vez que, integrando-se ao espírito delas, se aproprie de seus temas fundamentais, reconheça suas tarefas concretas. Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões. As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma 'elite' que as interpreta e lhe entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, quando julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto" (FREIRE, 1996, p.51).

dos e validados por elas mesmas e pelas suas conquistas. Neste universo, os movimentos sociais têm produzido muitos conhecimentos sobre a desconstrução de processos subjetivos, que implicam em identidades subalternizadas, reconstruindo subjetividades de luta e de cidadania concreta.

No contexto da reflexão sobre as conquistas coloniais, Edgardo Lander (2005) diz que a conquista ibérica do continente americano é o momento de fundação dos processos que articuladamente conformam a história posterior: a modernidade e a organização colonial do mundo. Neste sentido, acrescenta ainda que com o início do colonialismo na América começa não só a organização colonial do mundo, mas, simultaneamente, a construção colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário (LANDER, 2005, p.16).

De fato, os pilares do colonialismo fincaram as suas bases nos campos sociais onde poderiam ser consolidados como estratégia de poder, de exploração e de subordinação. No campo dos saberes, a ideia da colonialidade concretiza-se por meio de processos de ocultação e aniquilamento das outras estruturas de poder, ao serem enquadradas numa hierarquia cognitiva, a partir de uma difundida ideia de modernização do mundo. Romper com este cenário requer um esforço articulado, dentro e fora da ciência moderna, de modo a ressignificar os conhecimentos produzidos dentro dos movimentos sociais em suas estratégias de luta, em seus processos de dessubalternização de subjetividades e de enfrentamento às exclusões impostas, para (re)construção de alternativas que contribuam para a ampliação das relações democráticas e da justiça social.

Neste sentido, Edgardo Lander (2005) afirma ainda que a busca de alternativas para a conformação profundamente excludente e desigual do mundo moderno exige um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal. Segundo este autor, isto requer o questionamento das pretensões de objetividade e neutralidade dos instrumentos de naturalização e legitimação desta ordem social: o conjunto de saberes que conhecemos globalmente como ciências sociais. Prossegue dizendo que este trabalho de desconstrução é um esforço extraordinariamente vigoroso e multifacetado que tem vindo a ser produzido nos últimos anos, em todas as partes do mundo. Entre as contribuições fundamentais, destacam-se as múltiplas vertentes da crítica feminista, o questionamento da história europeia como História Universal, o "desestranhamento" da natureza do orientalismo, a exigência de abrir as ciências sociais (LANDER, 2005, pp.12-13).

Deste modo, a desconstrução do caráter universal da sociedade capitalista-liberal, que formata e naturaliza inúmeros processos de desigualdades abissais e de exclusões, deve começar pela desconstrução dos instrumentos e mecanismos que geram estas nefastas condições sociais, fruto da modernidade e dos seus processos de colonialismo. Contudo, este esforço deve ser estendido para além do campo das ciências sociais, pois se estiver restrito somente a este campo, pode-se construir outra ideia – também excludente – de que somente os intelectuais têm condições de pensar e promover mudanças.

Este pensamento – típico do meio intelectual culturalmente eurocêntrico – apropria-se do mérito dos avanços conquistados pelas lutas sociais, ao mesmo tempo em que esvazia todo o potencial transformador de inúmeras lutas e estratégias de resistência dos movimentos sociais, protagonizadas por grupos sociais subalternizados, que transformam quotidianos de exclusão em novos modos de inclusão social. Nesta direção, Boaventura de Sousa Santos (2004a) alude que, sem querer estabelecer prioridades entre lutas econômicas, sociais, políticas ou culturais – todas, segundo este autor, são políticas quando confrontam as estruturas do poder – e, portanto, é importante desenvolver marcos analíticos que as capacitem. Acrescenta ainda que a presença, por vezes demasiado explícita, de tradições eurocêntricas nos estudos pós-coloniais, como a desconstrução e o pós-estruturalismo, contribui, em seu entender, para um certo desarme político destes estudos (SANTOS, 2004a).

De fato, os estudos pós-coloniais muitas vezes caem nas armadilhas da colonialidade do saber, em relação com inúmeros outros saberes, principalmente aqueles que advêm de lutas e militâncias, fortemente desqualificadas sob o pretexto do ideológico ou do não neutro, despolitizando também, assim por dizer, as lutas epistemológicas. Ainda neste contexto, Boaventura de Sousa Santos fala que a ênfase no reconhecimento da diferença, sem uma ênfase comparável das condições econômicas, sociais e políticas que garantem a igualdade na diferença, corre-se o risco de combinar denúncias radicais com a passividade prática, perante as tarefas de resistência que se impõem. Isto é tanto mais grave, quanto é certo que nas condições do capitalismo global em que vivemos não há reconhecimento efetivo da diferença (racial, sexual, étnica, religiosa etc.) sem redistribuição social (SANTOS, 2004a).

Sem o aprofundamento das causas que geram inúmeros modos de subalternidades e sem a vontade concreta de removê-los ou pelo menos

de desvitalizá-los, os debates e os estudos pós-coloniais terão dificuldades em apontar caminhos que possam transgredir o campo acadêmico para tornarem exemplos concretos de transformação. Para isto, serão necessários diálogos e credibilidades mútuas entre saberes. No entanto, este esforço conjunto de pensar novos processos de lutas com saberes articulados já ocorre não apenas dentro da própria ciência – numa vertente mais compromissada com a transformação social –, mas tem-se também expressado por meio de experiências vivas, em várias partes do mundo. Protagonizadas por movimentos sociais nos mais variados embates, na tentativa de criar aproximações e complementaridades entre conhecimentos, busca-se enfrentar opressões e construir alternativas de mudança para uma melhor configuração entre saberes, dentro de uma relação mais equilibrada entre poderes.

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

A construção social da subalternização da mulher é histórica e se deu em vários campos sociais, de tal modo que se ancora em argumentos culturais ou por meio da naturalização da sua condição de subordinação amparada por instrumentos institucionais e concepções sociais, políticas, éticas, religiosas, entre outras.

A desconstrução desta condição histórica tem sido protagonizada pelos movimentos feministas em suas várias expressões, apesar da lentidão que é mudar valores e percepções sociais.

Esta trajetória histórica de luta das mulheres resultou num acúmulo cultural de saberes políticos que vão sendo reelaborados à luz da luta e das conquistas no âmbito da cidadania, que ora resultam em conquistas legais, ora se amparam em conquistas subjetivas, muitas vezes de caráter individual, mas não menos importante. Neste sentido, o acesso à educação tem sido um meio dinamizador de mudança das condições sociais e políticas das mulheres no Brasil.

Contudo, é possível considerar que, dentro dos arcabouços estruturantes das gerações mais novas, há de fato uma mudança de comportamento que aponta para comportamentais mais democráticos entre homens e mulheres, apesar de a violência doméstica continuar desafiando o trabalho, tanto na esfera do governo quanto da sociedade civil, de combate às formas mais visíveis e sutis de violências no cotidiano das mulheres em todo o mundo.

REFERÊNCIAS

- BURAWOY, Michael. The extended case method. In: Burawoy, M. et al. (Orgs.). *Ethnography unbounded: Power and resistance in the modern metropolis*. Berkeley: University of California Press, 1991, pp. 271-287.
- BURAWOY, Michael. Introduction: reaching for the global. In: Burawoy, M. et al. (Orgs.). *Global ethnography: forces, connections, and imaginations in a post-modern world*. Berkeley: University of California Press, 2000, pp. 1-40.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.
- ESCOBAR, Arturo. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) (2003). *Conhecimento prudente para uma vida decente: "Um discurso sobre as ciências" revisitado*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: The making and unmaking of third world*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- HARDING, Sandra. *Is Science Multicultural? Postcolonialisms, feminisms, and epistemologies*. Indiana: Indiana University Press, 1998.
- LAGE, Allene Carvalho. *Forjando novas democracias nas Margens do Atlântico: quando as mulheres Sem Terra rompem as cercas dos latifúndios sociais*. Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre a Mulher: Mulheres, Participação e Democracia, nº 13, pp. 181-188. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- LAGE, Allene Carvalho. *Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal*. Volume 1 – Dissertação de Doutoramento. Orientador: Boaventura de Sousa Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2005.
- LAGE, Allene Carvalho. *Mulheres Sem Terra (Brasil) e Mulheres da Serra do Caldeirão (Portugal): Lutas, solidariedades e diálogos possíveis*. Revista ex æquo nº 11: Polifonias na investigação em torno dos estudos sobre as mulheres, pp. 45-58. Porto: Edições Afrontamento, 2004.
- LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- MABROUK, Dora; BERKANI, Linda. *Violências sexuais nos bairros da periferia*. In: RAMONET, Ignácio; GRESH, Alain; BULARD, Martine (Org.). *Mulheres Rebeldes*. Lisboa: Maneira de Ver e Le Monde Diplomatique, 2004.
- RAMONET, Ignácio; GRESH, Alain; BULARD, Martine (Org.). *Mulheres Rebeldes*. Lisboa: Maneira de Ver e Le Monde Diplomatique, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Coleção: Questões de nossa época, Vol. 120. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

_____. (Org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Coleção Reinventar a emancipação social: Para novos manifestos. Vol. 3. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____.; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista. Coleção Reinventar a emancipação social: Para novos manifestos. Vol. 2, pp. 23-77. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. Os conflitos urbanos no Recife: o caso do Skylab. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 11, maio, pp. 9-86. Coimbra: CES, 1983.

_____. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

_____.; NUNES, João Arriscado; MENESES, Paula. Introdução: para ampliar o cânone da ciência. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Afrontamento, 2004.

SOUZA, João Francisco de. A democracia dos movimentos sociais populares: uma comparação entre Brasil e México. Recife: Edições Bagaço, 1999.

POLÍTICAS DE CONCILIAÇÃO DO TRABALHO E FAMÍLIA: UM HORIZONTE POSSÍVEL?

Rosângela Pereira Saldanha¹

RESUMO

É consenso na literatura especializada que a superação da desigualdade de gênero tem como pré-requisito romper com a aparente separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, visibilizando as relações desiguais de poder entre mulheres e homens expressas na divisão sexual do trabalho. A conciliação entre a vida familiar e pessoal e a vida no trabalho é um dos maiores desafios do século XXI², daí o fato das conferências e convenções internacionais estimularem os Estados a promoverem ações orientadas para esse fim. O debate sobre políticas de conciliação tem se desenvolvido desde meados da década de 90, com especial relevância nos países da União Europeia. A agenda de gênero na América Latina está dando os primeiros passos para a integração dos temas de economia de cuidado e conciliação entre o âmbito produtivo e reprodutivo, por isso, consideramos oportuno refletir neste artigo acerca do conceito, modelos e limites das políticas de conciliação e

¹ Professora Doutora da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: rosal@superig.com.br

² Ver OIT/PNUD. Trabalho e Família: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social. Brasília, 2009